OS PLANOS DA AMPC

A respeito do movimento cinematográfico mineiro, o presidente da Associação Mineira de Produtores Cinematográficos, Victor de Almeida, concedeu a seguinte entrevista:

Quais são os objetivos da AMPC?

De um ponto de vista estritamente teórico, a AMPC tem por objetivo principal reunir o pessoal do cinema profissional em Minas Gerais e mobilizá-lo para atuar politicamente, de forma organizada, em torno de alguns temas que, desde sempre, funcionaram como entraves ao desenvolvimento da atividade cinematográfica no Estado.

O que a entidade pensa do convênio entre a Embrafilme e o Governo de Minas?

Achamos que o convênio constitui um instrumento real para o desenvolvimento de uma atividade cinematográfica no Estado, deflagrando um processo de desconcentração espacial (e empresarial) do cinema brasileiro, pela sua interiorização. De fato, o convênio é a primeira manifestação formal do poder cinematográfico no Brasil no sentido de atender às expectativas geradas fora do Rio e São Paulo. Não obstante, e como aliás não podia deixar de ser, a expressão política de regiões periféricas como Minas Gerais não se manifestou, na ocasião, com a força necessária para impor um instrumento eficiente de construção de nosso cinema. Como resultado disso, temos hoje um convênio que não traduz a medida das nossas necessidades e aspirações, antes pelo contrário, serve de mortalha à nossa imaginação. Estamos trabalhando para modificar essa situação, pelo ajustamento do convênio à realidade do cinema brasileiro e às necessidades do cinema mineiro.

Como se encontra o projeto de um fundo especial para curtas-metragens na Caixa Econômica estadual?

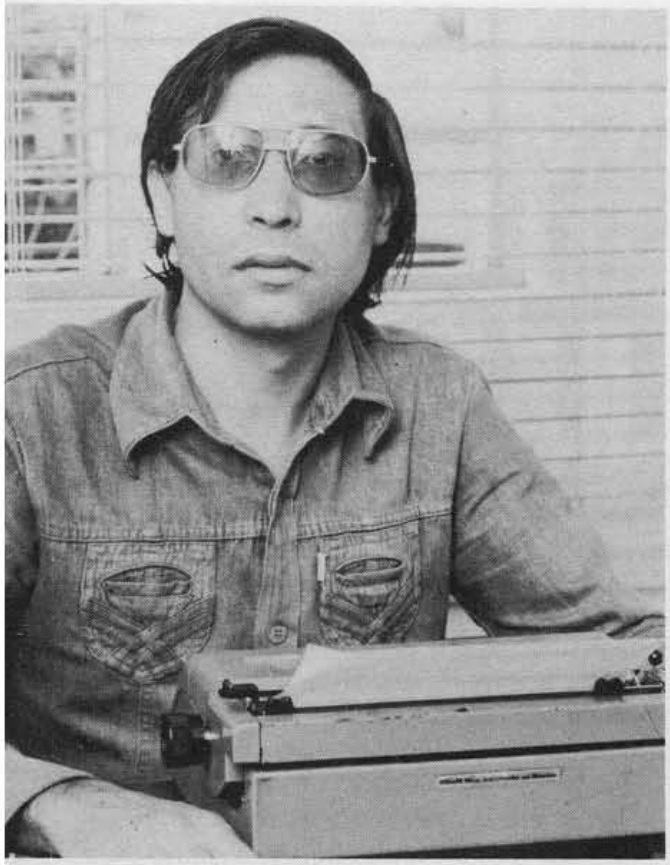
Junto com o convênio e a cooperativa de cinema, este é o terceiro ponto de nosso programa de trabalho. O projeto, que entregamos pronto à diretoria da Caixa, depois de recebermos acenos animadores, aguarda, há mais de meio ano, um pronunciamento do órgão, prometido e adiado diversas vezes. Não obstante, estamos colocando a nossa proposta para outros setores, a fim de que todos possam tomar conhecimento de como pensamos resolver os nossos problemas e com o concurso de quem. Confiamos em que a Caixa Econômica estadual, pela sua tradiçao de serviços, é o órgão apropriado para criar e desenvolver um fundo rotativo de apoio ao curta-metragem. Apesar disso, e apesar de ela ter em seu comando os homens da nossa geração, ainda existe no Brasil e sobretudo em Minas Gerais o mau hábito de não dar resposta alguma quando a resposta é negativa. Por isso aguardamos até quando pudermos confiar.

Você acredita que Minas poderá ser, a longo prazo, um pólo produtor de longas-metragens?

Acredito que poderá sê-lo a médio prazo. Se o convênio for reformulado da maneira como queremos, num prazo de cinco anos teremos um lote de filmes que constituiriam uma respeitável amostra do cinema mineiro. Nossa proposta é no sentido do convênio receber maiores recursos, da parte da Embrafilme e do Estado, em partes iguais, capazes de proporcionarem a produção anual de um mínimo de 3 filmes de longa metragem. Se isso acontecer, em cinco anos teremos 15 filmes mineiros, produzidos sob nossas condições e refletindo o nosso espectro regional. Esse projeto é ainda um projeto modesto mas já é um ponto de partida para nos constituirmos, no futuro, em algo mais ambicioso. Pode ser utopia, mas acreditamos que o futuro do cinema brasileiro está na sua descentralização; só dessa forma é que o cinema brasileiro poderá ser realmente uma forma dinâmica de expressão da realidade nacional, hoje mascarada pelo ponto de vista carioca e — menos — paulista.

A inexistência de uma infra-estrutura industrial (laboratórios de imagem e som) não prejudicaria a implantação deste pólo?

A inexistência de infra-estrutura prejudica e atrasa o nosso desenvolvimento. Mas ela não é condição *sine qua non* para a nossa atividade. A partir do momento em que nosso dinheiro tiver peso na



Victor de Almeida, presidente da AMPC.

economia do Rio e São Paulo, especialmente na economia dos laboratórios de som e imagem, nós passaremos a ser melhor atendidos. Acho que podemos continuar comprando esses e outros serviços de que não dispomos em outros Estados, até chegar o momento em que uma produção constante e numerosa justificará a instalação aqui desses serviços. Mas isto não é o mais importante para o cinema mineiro; o mais importante para nós é fazer filmes, é participar, de uma forma proporcional à nossa contribuição e às nossas potencialidades, dos recursos gerados pelo cinema brasileiro.

A AMPC se preocupa também com a formação de técnicos e profissionais de cinema em Minas?

Embora isso seja sempre um objetivo importante, não podemos abrir mão do direito de também fazer os nossos filmes. É fazendo filmes que vamos aprender a trabalhar; ou melhor, a nossa escola tem de ser ainda a produção cinematográfica. Do contrário, seremos condenados à exportação de nossos talentos, como aconteceu noutros tempos. O fundamental, pensamos, é criar aqui um mercado estável de trabalho. A formação profissional já está sendo oferecida por outros centros mais dinâmicos, como Rio e São Paulo, mas não podemos esquecer as dificuldades para termos acesso a ela, aqui ou lá fora. De todo modo, enquanto aguardamos, estamos aprendendo — fazendo bem ou mal os nossos filmes.

Como se encontra o projeto de Antônio Dó?

Antônio Dó, de Paulo Leite Soares, é o primeiro projeto do convênio. Está bem, se considerarmos que, em quase 10 anos, é o primeiro longa que se faz em Minas Gerais. Está mal, se levantarmos as dificuldades com que está sendo produzido — o que é injustificável mas perfeitamente explicável. Cinema é uma coisa que, como todas as demais, deve ser feita com gosto — tendo-se portanto todas as condições para usufruir desse prazer. A *via crucis* de Paulo Leite Soares não foi, no entanto, nem melhor nem pior do que a de Schubert Magalhães e Carlos Prates Correia, há oito anos atrás. Parece que estamos fazendo sempre o nosso primeiro filme — e pagando um ônus elevado por esse pioneirismo. Isto porque o convênio, dentro da sua precariedade, não está sendo capaz de responder às necessidades do projeto, fazendo com que seus produtores assumam a responsabilidade de finalizá-lo. Desse projeto, da maior significação para o cinema mineiro, o Estado e a Embrafilme, juntos, estão participando com apenas 30 por cento, quando a relação devia ser justamente o contrário. Estamos tendo assim um tratamento desigual com relação aos cineastas que procuram a Embrafilme diretamente e não por intermédio de um convênio. Enfim, o socorro do convênio representa também um socorro para *Antônio Dó:* os dois estão profundamente ligados.

Como resumiria o papel da AMPC nesse ressurgimento do cinema mineiro?

A AMPC tem tido, depois da implantação do convênio, o trabalho de organizar a classe cinematográfica de Minas Gerais, a fim de que ela tenha expressão política e assim possa modificar as situações desfavoráveis. Nosso trabalho tem sido pautado pela discussão de todas as questões e pela concentração em cima de alguns poucos pontos de honra: o convênio para o longa-metragem, o fundo rotativo para o curta-metragem e a cooperativa de cinema. Ainda não podemos apresentar resultados objetivos, a não ser a certeza de quantos participam do poder, inclusive cinematográfico, de que em Minas alguma coisa está para acontecer.